

Rubens R. R. Casara

Doutor em Direito. Mestre em Ciências Penais. Juiz de Direito do TJRJ. Coordenador de Processo Penal da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj). Professor de Processo Penal do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec/RJ).

Coordenador de Processo Penal da Emerj. Presidente do Fórum Permanente de Direitos Humanos da Emerj. Membro da Associação Juízes para a Democracia (AJD), do Instituto Carioca de Criminologia (ICC), do Movimento da Magistratura Fluminense pela Democracia (MMFD), da Law Enforcement Against Prohibition (LEAP) e do Corpo Freudiano.

Mitologia Processual Penal

2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909
PABX: (11) 3613 3000
SACJUR: 0800 055 7688
De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/direito

Direção editorial Luiz Roberto Curio
Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues
Assistência editorial Deborah Caetano de Freitas Viadana

Coordenação geral Clarissa Baroschi Mana
Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e
Ana Cristina Garcia (coords.)

Arte, diagramação e revisão Perfekta Soluções Editoriais
Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva
Kelli Priscila Pinto
Camila Artioli Laureiro

Capa IDÉE arte e comunicação

Produção gráfica Marli Rompim
Impressão Corprint Gráfica e Editora Ltda.
Acabamento Corprint Gráfica e Editora Ltda.

ISBN 978-85-02-62601-0

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cosara, Rubens R. R.
Mitologia processual penal / Rubens R. R. Cosara.
— São Paulo : Saraiva, 2015.

1. Processo penal - Brasil I. Título.

15-00641

CDU-343.1(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Processo penal : Direito penal
343.1(81)

Data de fechamento da edição: 19-5-2015

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

139.054.001.001

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO.....	21
1. O mito	27
1.1. O(s) significado(s) e a(s) característica(s) do(s) mito(s). <i>Logos e Mythos</i>	27
1.1.1. O mito na antropologia	39
1.1.2. O mito na psicanálise	44
1.1.3. Hermenêutica jurídica, filosofia do direito e mito .	56
1.1.3.1. Kelsen e mito: a norma fundamental.....	65
1.1.3.2. Rawls e mito: a posição original	69
1.1.3.3. Dworkin e mito: o juiz-hércules.....	72
1.1.3.4. Perelman e mito: o auditório universal ...	74
1.1.3.5. Habermas e mito: a argumentação como único meio para se chegar à verdade	76
1.1.3.6. Ferrajoli: o poder do princípio da legal- dade estrita de obstar a opressão	80
1.2. Conceitos de mito e de mitologia processual penal	85
2. O instrumental contramitológico	89
2.1. A filosofia da consciência: o <i>habitat</i> dos novos mitos.....	89

2.2. Psicanálise.....	92
2.3. Filosofia pática.....	113
2.3.1. Heidegger e Gadamer contra o mito	122
3. A mitologia processual penal brasileira	139
3.1. Introdução à mitologia processual penal	139
3.1.1. O mito da neutralidade do órgão julgador	144
3.1.2. O mito da imparcialidade do Ministério Público...	152
3.1.3. O mito da verdade real	165
3.1.4. O mito do livre convencimento	180
3.1.5. O mito do consenso penal	185
3.1.6. O mito do processo penal como instrumento de pacificação social ou de segurança pública.....	194
3.2. O contexto brasileiro.....	218
3.2.1. Processo penal e sociedade autoritária	218
3.2.2. Do fascismo tradicional ao contemporâneo.....	253
3.3. A constituição democrática e as permanências autoritárias	292
4. A superação da mitologia autoritária	301
4.1. Os projetos de superação da mitologia e do autoritarismo	301
4.2. A permanência da mitologia processual penal autoritária	315
4.3. A impossibilidade de afastamento da mitologia	321
4.4. A necessidade de substituição da mitologia autoritária....	328
REFERÊNCIAS.....	333